

---

CASTRO, M. de — *64: conflito Igreja x Estado*. Petrópolis, Vozes, 1984, 165 p. RESENHAS.  
*Perspectivas*, São Paulo, 7:153-154, 1984.

---

Esse novo livro de Marcos de Castro é de leitura obrigatória. Aliando uma linguagem clara, fácil e agradável a um tema que, por sua importância e atualidade está sempre em discussão, esse trabalho consegue manter o leitor atento ao longo de suas 165 páginas.

Em torno de uma tese central, que consiste em demonstrar como a Igreja lutou muito para se libertar da tutela do Estado (p. 52), que sempre a usou como instrumento de domínio, tratando mais proximamente de Portugal e Brasil, o A. tece uma rede de argumentos e estabelece uma linha interpretativa que deságua em uma outra tese de igual importância — a Igreja só pode desempenhar bem seu papel religioso e social, quando e somente quando, livre da ingerência estatal.

A distinção entre o poder temporal do Estado e o poder espiritual da Igreja, a delimitação de seus campos de competência, entretanto, não deve permitir que ele se volte contra os ensinamentos católicos — fonte segura, porque preocupada com os seus filhos e, em especial, os mais pobres e carentes, nela é que o Estado deve haurir suas diretrizes (p. 164).

Para demonstrar essas teses, o A. ao longo dos quatro capítulos que compõem o livro, procura estabelecer os marcos e o próprio processo histórico, tanto das lutas católicas para fugir à intervenção estatal, que no Brasil até 1891 se dava através do Padroado Régio, como das perseguições sofridas pela Igreja no Brasil pós-64.

Esse o ponto alto do livro. Num trabalho que a própria editora apresenta como jornalístico (última capa), o A. arrola os momentos cruciais da perseguição promovida pelo governo militar contra o clero, perseguição ao Pe. Laje (p. 83 e 84), a D. Hélder (p. 90-93), a D. Pedro Casaldáliga (p. 94-109), morte do Pe. Penido Bournier (p. 102 e 103), perseguições a D. Valdir Calheiros, a D. Adriano Hipólito.

Mas, um trabalho jornalístico e com a firme intenção de demonstrar a perseguição sofrida pela Igreja, não pode descuidar da análise histórica, que deve ser a mais sólida possível. E, nesse terreno o A. deixa um pouco a desejar. Por exemplo, traz ao contexto do livro as encíclicas *Rerum Novarum*, de Leão XIII, *Quadragesimo Anno*, de Pio XI e *Mater et Magistra* e *Pacem in Terris*, de João XXIII, como comprovação de uma homogeneidade católica no tratamento das questões sociais.

Entretanto, deveria ter lembrado que a *Rerum Novarum* não reconhece o direito de greve e que Leão XIII mostrou sempre uma reserva diante das propostas democráticas, e que a *Quadragesimo Anno* foi buscar no fascismo italiano de Mussolini o modelo mais ajustado para o trato da questão social. É certo que João XXIII não rompeu com a tradição católica, antes, reforçou o tradicional magistério católico. Entretanto, em matéria social e política, coloca-se muito à frente de seus predecessores, reconhecendo e reafirman-

---

\* Departamento de Ciências da Educação — Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação — UNESP — 14.800 — Araçatuba — SP.

do direitos operários que sempre foram ignorados, ou tratados de maneira reservada pela Igreja.

Por outro lado, a sua abordagem do longo período histórico, desde as Cruzadas até o momento, não explicita as relações sociais e o próprio modo de produção vigente e nem as relações da Igreja com o contexto da época. Transita da Ordem dos Templários, no século XII à Ordem de Cristo em Portugal, no século XVI e desta para a Teologia da Libertação, no século XX, sem analisar as relações entre os homens e as classes sociais.

Da mesma forma, sua abordagem da ditadura pós-64 está eivada de moralismo — são os opressores contra oprimidos, os tiranos contra o “povo miúdo”, sem preocupar-se em demonstrar que essa é a lógica do capitalismo imperialista e é disso que se deve tratar em última instância.

Esses pontos menos fortes do livro, entretanto, não lhe tiram o caráter de leitura obrigatória, principalmente na medida em que põe a nu atuação concreta do Estado brasileiro, que se arvorou em defensor da democracia, da família e da liberdade.